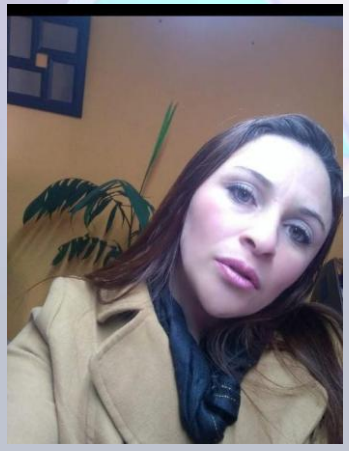

# EDUCAÇÃO ESPECIAL: CAMINHOS E PERCALÇOS

# SPECIAL EDUCATION: PATHS AND SETBACKS

**FRANCISCA EURILENE BATISTA DE CASTRO**
Licenciada em Pedagogia, pela UNINOVE, em 2011. Licenciada em Artes Visuais, pelo Centro Universitário de Jales, em 2018.

**RESUMO**

O tema central desse artigo aborda os desafios enfrentados na área da educação especial. A pesquisa é conduzida por meio de pesquisa bibliográfica, buscando compreender a experiência de professores e alunos no contexto da educação especial. Os resultados revelaram uma série de percalços, desde a falta de recursos adequados até a necessidade de capacitação mais específica para os educadores. Concluiu-se que é fundamental investir em políticas públicas mais eficazes e em programas de formação continuada para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, sem distinção. Na passagem de fronteira em meados do século XX, entre as décadas de 1950 e 1960, ocorreu uma mudança de mentalidade e filosofia, baseada no respeito aos direitos humanos. Os pais não estão satisfeitos com a exclusão de seus filhos do sistema educacional comum. Os profissionais também não estão satisfeitos com o que estão alcançando. Hoje pode-se falar sem preconceito de uma educação para todos, rica em valores, aberta a todas as opções, enriquecida com o máximo de oportunidades, possibilidades, estratégias e recursos, de acordo com cada uma das necessidades educativas especiais. O conceito clássico de educação especial é borrado, ampliado e diversificado e se materializa em apoios e adaptações, a fim de garantir que todos os alunos se sintam incluídos no sistema educacional. A inclusão que se defende vai além do especial e da integração escolar, pois não implica segregação, mas acolhimento incondicional a qualquer aluno em qualquer uma das situações mais ou menos especiais em que ele possa se

encontrar. Tudo isso está de acordo com a filosofia da reforma do sistema educacional, na qual a integração escolar não é mais contemplada, mas a atenção à diversidade como um valor em si e enriquecedor para o todo.

**Palavras-chave:** Desafios; Diversidade; Educação Especial.

## ABSTRACT

The central theme of this article addresses the challenges faced in the field of special education. The research is conducted through bibliographic research, seeking to understand the experience of teachers and students in the context of special education. The results revealed a series of obstacles, from the lack of adequate resources to the need for more specific training for educators. It was concluded that it is fundamental to invest in more effective public policies and continuing education programs to promote inclusive and quality education for all students, without distinction. At the turning point in the mid-20th century, between the 1950s and 1960s, a change in mentality and philosophy occurred, based on respect for human rights. Parents are not satisfied with the exclusion of their children from the mainstream education system. Professionals are also not satisfied with what they are achieving. Today, one can speak without prejudice of an education for all, rich in values, open to all options, enriched with the maximum opportunities, possibilities, strategies, and resources, according to each of the special educational needs. The classic concept of special education is blurred, broadened, and diversified, materializing in support and adaptations to ensure that all students feel included in the educational system. The inclusion advocated goes beyond special needs and school integration, as it does not imply segregation, but rather unconditional acceptance of any student in any of the more or less special situations they may find themselves in. All of this aligns with the philosophy of educational system reform, in which school integration is no longer contemplated, but attention to diversity as a value in itself and enriching for the whole.

**Keywords**: Challenges; Diversity; Special Education.

## INTRODUÇÃO

A abordagem da inclusão do ponto de vista curricular insiste na possibilidade de qualquer criança ter dificuldades na escola, que essas dificuldades educacionais possam sugerir meios de melhorar a prática docente e que tais mudanças permitam oferecer melhores condições de aprendizagem a todos os alunos. Por fim, os professores devem ser os que devem ter apoio quando tentam realizar uma prática inclusiva.

Nessa perspectiva, todos os professores e todos os alunos estão diretamente envolvidos no processo educativo, por meio da colaboração, participação e responsabilidade, investigando e buscando novas formas de ação que levem em conta a individualidade dos alunos.

Na verdade, a situação nas escolas de hoje não deixa margem para dúvidas em termos de enfrentar a situação em toda a sua dureza, defendendo a inclusão total apesar da dificuldade.

A escola se sente impotente para responder às novas necessidades educacionais especiais que os alunos apresentam. Tem de enfrentar uma situação sem precedentes devido à presença de alunos deficientes e sobredotados, alunos autistas, com problemas de aprendizagem e de comportamento, crianças hospitalizadas, vítimas de maus-tratos, abusos sexuais, exploração, guerras e a situação económica, política e social que vivemos atualmente.

A escola é diluída se não estiver aberta à colaboração com pais, instituições e comunidade, uma vez que é necessária uma colaboração comprometida ao longo de todo o processo de vida. Inclui desde os cuidados iniciais aos estudos escolares e universitários, da formação profissional ao emprego, do lazer e do tempo livre à acessibilidade à habitação, à mobilidade e à integração social em geral. É importante abrir a escola à comunidade e articular-se com a família, a escola, o trabalho e as esferas sociais (ORTIZ, 1996, 1997).

Atualmente são muitas as vozes que se levantam a favor de uma renovação da escola, de uma mudança na sua concepção, para que seja mais democrática, mais eficaz, mais abrangente, que inclua todos os alunos, mesmo que sejam de alguma forma diferentes; isto é, uma escola inclusiva.

Esta é a situação em que nos encontramos. E certamente uma proposta útil para o futuro seria investigar essa prática inovadora, juntamente com a mudança de atitudes e a formação de professores em educação inclusiva (AINSCOW, 1995; WANG, 1995).

Mas a inclusão é mais do que apenas uma linha de pesquisa que se abre, do que uma simples adaptação do currículo e até mesmo de uma filosofia. A inclusão é antes um juízo de valor, é uma forma de melhorar a qualidade de vida, na qual a educação pode desempenhar um papel primordial ao oferecer as mesmas oportunidades e idêntica qualidade de meios a todos os que voltam.

Trata-se de dar opções, de acolher, de oferecer recursos e de melhorar a oferta educativa de acordo com as necessidades, favorecendo a inclusão e promovendo uma escola eficaz, uma escola democrática, uma escola para todos, uma escola inclusiva.

A inclusão, em suma, implica um compromisso comum com os objetivos da educação, uma responsabilidade dentro da sociedade atual.

Em termos gerais, a educação inclusiva busca acolher a todos, comprometendo-se a fazer o que for necessário para proporcionar a todos os alunos da comunidade – e a todos os cidadãos de uma democracia – o direito inalienável de pertencer a um grupo, não de ser excluído (FERGUSON, 1995). O que está em oferta é um modo de vida em que todos os que chegam são bem-vindos. A partir de tal atitude, de tal sistema de valores, o crescente movimento para construir escolas inclusivas é moldado.

## ESCOLAS INCLUSIVAS

De acordo com Ainscow (1995) há um movimento em direção à educação inclusiva cujo objetivo é reestruturar as escolas para responder às necessidades de todas as crianças. Isso envolve uma série de mudanças metodológicas e organizacionais e o desafio das expectativas sobre como realizá-lo. Para este autor, a direção do caminho a seguir é marcada por um duplo sentido: como ajudar os professores a organizar suas salas de aula para que possam ajudar todos os alunos no processo de aprendizagem e como reestruturar as escolas para que os professores possam direcionar seus esforços para um objetivo comum.

As escolas que poderíamos chamar de inclusivas são as mais eficazes quando se trata de ensinar solidariedade entre todos os alunos, tenham ou não necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, a responsabilidade recai sobre os professores, bem como sobre os alunos, bem como sobre os pais, que terão que considerar a melhor maneira de desenvolver um senso de comunidade e apoio mútuo dentro do sistema comum, para o qual, de acordo com Porter e Richeler (1992), mudanças substanciais devem ser introduzidas na escola tradicional.

Nesse sentido, Ainscow (1995) propõe uma série de *condições* que as escolas inclusivas devem atender, tais como: liderança efetiva que pode ser estendida a toda a escola; o compromisso de professores, alunos e comunidade na política escolar; um compromisso com estratégias colaborativas de planejamento e coordenação; atenção aos potenciais benefícios do questionamento e da reflexão, e uma política de desenvolvimento profissional docente.

O *objetivo* das escolas inclusivas, segundo Arnáiz e Ortiz (1997), é criar um sistema educacional que possa atender às necessidades dos alunos. Isso implica respeitar a individualidade e desenvolver uma cultura de colaboração como base para a resolução de problemas, facilitando assim a aprendizagem profissional de todos os professores e aumentando a igualdade de oportunidades como meio de alcançar a melhoria educacional.

Para Stainback e Stainback (1992), as escolas inclusivas seriam reconhecidas por desenvolverem escolas comunitárias solidárias que favoreçam a participação de todos os alunos sem distinção, eliminando qualquer tentativa de estabelecer categorias. Desta forma, o apoio não será organizado em turmas especiais, mas todos os professores trabalharão em equipa para o desenho comum de atividades correspondentes ao currículo geral. E esse currículo será adaptado às necessidades e habilidades de cada um dos alunos; embora seja verdade que a complexidade da tarefa requer apoio aos professores e apoio acadêmico e social aos alunos.

As escolas inclusivas têm uma ênfase especial na responsabilidade compartilhada, no respeito mútuo e na interdependência. Desta forma, a responsabilidade recai sobre o pessoal da escola, que deve fornecer os meios necessários para acomodar as necessidades dos alunos. Além disso, profissionais, pais e alunos precisam considerar como desenvolver um senso de comunidade e apoio mútuo dentro do sistema convencional. Dessa forma, as escolas inclusivas têm um senso de coesão comunitária aberto às diferenças e responde às necessidades educacionais especiais, valorizando a

diversidade na medida em que fortalece a classe e oferece a todos os membros maiores oportunidades de aprendizagem.

De qualquer forma, as escolas inclusivas estão alinhadas com a adoção da diversidade, a expansão do currículo, a adoção do ensino e aprendizagem interativos e o apoio aos professores. Um processo interativo é gerado de tal forma que se pode dizer que a marca de uma escola inclusiva é o grau em que os professores estão preparados para ponderar suas atividades levando em consideração as respostas que seus alunos têm.

Para Arnáiz (1996), o modelo de mudança promovido pelas escolas inclusivas constitui um processo de inovação educacional, uma vez que visa reconstruir a escola a partir da própria instituição, com a participação democrática de todos os membros da comunidade educativa: pais, professores e alunos, buscando apoio mútuo, tenham ou não necessidades especiais.

Nessa linha, autores como Fuchs e Fuchs (1994) propõem algumas *estratégias* que respondem claramente à conceituação de educação inclusiva, tais como: o compromisso dos professores com uma filosofia inclusiva, a formação em educação ordinária e especializada, a reconversão de centros específicos, a localização da escola em cada comunidade e a coordenação da rede de apoio no nível individual.

De acordo com Stainback e Stainback (1992), algumas das *características* das escolas inclusivas seriam a diversidade como melhoria da aprendizagem interativa, o respeito às diferenças dentro e fora da escola, a adaptação e diversificação do currículo ordinário, o apoio aos alunos em sala de aula, a colaboração entre os profissionais da escola e a participação dos pais no planejamento educacional. Suas *vantagens* podem ser especificadas na capacidade que eles têm de fornecer apoio acadêmico e social a todos os alunos.

Seus *valores* seriam, para Pearpoint e Forest (1992), a aceitação, o pertencimento à comunidade, as relações pessoais, a interdependência e a consideração de pais e professores como uma unidade de aprendizagem. Para esses autores, a opção pela inclusão significa o fim da rotulagem, da educação especial, das classes especiais, mas não o fim dos apoios e serviços necessários nas salas de aula integradas. Eles não estão aconselhando jogar ou mover crianças com deficiência para aulas de educação geral sem apoio adequado, mas especialistas de todos os tipos seguiriam as crianças, fornecendo sua ajuda a qualquer aluno previamente rotulado ou não que possa precisar.

Em suma, as *características* mais importantes de uma escola inclusiva são o senso de comunidade, a aceitação das diferenças e a resposta às necessidades individuais. A que se somam as mudanças na filosofia, currículo, estratégias de ensino e estrutura organizacional da escola.

Em geral, poderíamos dizer que as *condições* da sala de aula inclusiva são: a existência de pessoal de apoio, a colaboração entre os alunos e a introdução de novas estratégias de ensino-aprendizagem. E, acima de tudo, apoio emocional e compreensão para aqueles que se sentem diferentes, frustrados ou marginalizados, aqueles que claramente imploram para serem acolhidos.

Em suma, trata-se de oferecer opções, de acomodar, de oferecer recursos e de melhorar a oferta educativa de acordo com as necessidades, favorecendo a inclusão e promovendo uma escola para todos, uma escola em movimento, uma escola eficaz, uma escola democrática, uma escola integral, uma escola inclusiva (GARCÍA 1999), que propõe a integração dinâmica de alunos com necessidades educacionais especiais a partir de uma profusão de apoio, adaptação do currículo, comprometimento e liderança dos profissionais, avaliação contínua, uma organização flexível que favoreça a comunicação, a coordenação e a mudança estrutural em geral, uma vez que deve estar inserido na comunidade.

O que se pretende atualmente é atender à diversidade e responder às novas questões que se levantam na sociedade plural e multicultural de hoje, necessitada de compreensão, flexibilidade, apoio e solidariedade.

## O REPEITO FRENTE À INCLUSÃO

A diversidade entre indivíduos é um fato incontestável. Nas instituições de ensino, ocorreu uma alteração significativa, deixando para trás a homogeneidade nas salas de aula e abraçando a multiplicidade, onde cada estudante exibe particularidades e exigências singulares em relação aos colegas. Nesse contexto, é imprescindível abandonar a concepção de que a educação inclusiva é direcionada exclusivamente a um conjunto específico de indivíduos - os alunos com incapacidades - pois, de fato, sua finalidade é remodelar os sistemas educativos para que todos os estudantes tenham acesso a oportunidades equiparáveis e de excelência para expressar integralmente sua identidade.

Se desde tenra idade todos os cidadãos tivessem a chance de interagir diariamente com pessoas que apresentam danos cerebrais, limitações visuais, problemas auditivos, síndrome de Down, síndrome de Williams e outras condições, eles entenderiam que a variedade é uma característica comum. Seria considerado habitual a presença de indivíduos com síndrome de Turner, surdos que não percebem sons e crianças cegas que necessitam de mais tempo para decifrar um texto.

Conforme Ainscow (2012) destacou, uma escola inclusiva é aquela que valoriza o processo de ensino e aprendizagem, o desempenho acadêmico, as posturas e o bem-estar de todos os estudantes. Embora o sistema educativo esteja fundamentado nos princípios de excelência, equidade e igualdade de oportunidades, as instituições escolares ainda deparam-se com diversas barreiras que precisam ser vencidas para alcançarem uma autêntica inclusão. Isso ressalta a importância de que as diretrizes educacionais priorizem a capacitação docente em relação à multiplicidade e à inclusão educativa. A educação inclusiva deveria abarcar um processo de instrução e treinamento destinado aos sistemas educacionais, às escolas e aos professores.

Apesar do consenso entre especialistas em educação e legisladores sobre a importância de integrar crianças desde tenra idade no sistema educacional, ainda existem numerosos obstáculos

para assegurar plenamente esse direito. Adicionalmente, a maioria das instituições escolares carece das instalações adequadas para acolher crianças com necessidades especiais.

Decorreu um lapso de vinte e seis anos desde a promulgação da Declaração de Salamanca em 1994, um marco crucial para a promoção da educação inclusiva no Brasil, contudo, o país ainda enfrenta desafios na implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Um dos principais entraves reside na insuficiência da preparação dos professores para a educação inclusiva. Como mencionado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ressalta a imprescindibilidade da formação docente direcionada às especificidades da educação especial. O artigo 87 das disposições transitórias da LDB designa a década de 90 como a "Década da Educação", um período em que os antigos paradigmas educacionais deveriam ser superados, visando inaugurar uma nova era de educação inclusiva e abrangente.

Com o intuito de aprimorar a formação docente de maneira efetiva, capacitando-os para desempenhar um papel relevante na educação, foram elaboradas as Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica. Este documento estabelece as exigências impostas pelo novo modelo educacional emergente na contemporaneidade.

Nesse contexto, torna-se evidente que a formação docente deve focar na construção de práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos alunos numa sala de aula, cada um apresentando um processo de aprendizagem singular, com desafios e habilidades distintas. Em outras palavras, a formação deve valorizar as diferenças como um elemento enriquecedor do processo educativo.

Entretanto, numerosas pesquisas têm destacado a premente necessidade de aprimorar a formação docente, especialmente no que tange à inclusão de alunos com necessidades especiais no âmbito do ensino regular. "Não é surpreendente. Uma pesquisa recente em âmbito nacional demonstrou que, de forma geral, os professores não estavam preparados para receber alunos especiais em suas salas de aula" (PLETSCH, 2009, p. 147).

Um estudo conduzido por Castro (2002) na localidade de Santa Maria (RS) revelou que a maioria dos docentes entrevistados sentia-se despreparada para acolher estudantes com exigências especiais. Os professores também salientaram sua crença na viabilidade de uma educação inclusiva, porém reconheceram a necessidade de uma formação mais robusta nessa área de atuação.

Essa mesma problemática foi observada na pesquisa realizada por Rosa e Papi (2009), pesquisadoras que investigaram os obstáculos enfrentados pelos professores do Ensino Fundamental II (do 5º ao 9º ano) em relação à integração escolar de alunos com deficiência. Nas declarações dos educadores, é patente o reconhecimento das adversidades enfrentadas. Com base nas informações disponíveis, é possível inferir que a deficiência de competências dos educadores é primariamente uma consequência da formação que receberam. Adicionalmente, é evidente que existe uma desconfiança na capacidade do aluno de progredir e operar de forma autônoma.

No estudo conduzido por Margaret do Rosário Silva, com o intuito de examinar os principais desafios enfrentados pelos docentes da rede pública de ensino no Distrito Federal, foi identificado outro entrave na promoção de uma educação inclusiva para alunos com necessidades especiais. Silva (2011) constatou que a grande maioria das instituições não dispõe de um ambiente apropriado para acolher crianças com exigências especiais. Os profissionais entrevistados manifestaram preocupação com a superlotação das salas de aula, o que impacta negativamente o trabalho pedagógico realizado pelos professores.

Conforme descrito no estudo de Silva (2011), os professores são frequentemente culpabilizados individualmente pelas deficiências no processo de aprendizagem inclusiva. Contudo, um professor isoladamente não tem a capacidade de prover todos os recursos necessários para que seus alunos recebam o suporte adequado para aprender. A educação é uma teia que requer a colaboração de diversos setores, e é crucial que os recursos provenientes de políticas públicas sejam suficientes para contratar o número adequado de profissionais, garantindo assim a presença de um contingente apropriado de alunos na sala de aula.

A educação inclusiva demanda, dentre outros fatores, um ambiente físico adaptado às necessidades especiais dos estudantes. Contudo, ao abordar a adaptação dos espaços físicos, muitas vezes limitamo-nos a pensar apenas em rampas de acesso, quando, na realidade, a acessibilidade abrange uma gama muito mais abrangente.

As instituições educacionais devem estar estruturalmente preparadas para acolher uma diversidade de alunos, incluindo banheiros acessíveis, salas amplas e interativas, salas de recursos multifuncionais, equipes de apoio à aprendizagem, entre outros aspectos. Conforme o último censo escolar da educação básica, apenas 26,1% das creches e 25,1% das pré-escolas contam com instalações e vias adequadas para alunos com deficiência. Apenas 32,1% das escolas de Educação Infantil possuem banheiros apropriados.

## A FORMAÇÃO DOCENTE E A INCLUSÃO

A capacitação dos professores para a inclusão educacional requer conhecimento e domínio de uma ampla gama de estratégias pedagógicas que permitam o ensino de acordo com a metodologia mais adequada para as circunstâncias de cada aluno. As estratégias pedagógicas mais eficazes para a inclusão educacional podem variar desde a alocação de mais tempo para cada aluno até a personalização do processo, levando em consideração os conhecimentos prévios das crianças e dos jovens.

Além disso, a formação dos educadores para a inclusão educacional demanda habilidades para trabalhar em equipe e formar equipes multidisciplinares, visando promover a compreensão e a atenção integral à diversidade. É crucial que a escola seja um ambiente acolhedor e acessível para

pessoas com autismo, utilizando abordagens metodológicas de acordo com as necessidades individuais de cada criança.

É fundamental ressaltar que a participação da família desempenha um papel fundamental, uma vez que frequentemente a rejeição tem início dentro do próprio lar. Santos (2008, p. 14) destaca que "O autismo não é muito comum e a maioria das pessoas sabe pouco sobre o assunto, o que leva os pais a se sentirem isolados e mal-informados sobre a condição e sobre o que realmente devem fazer".

> É crucial iniciar um diálogo sobre a jornada percorrida pela educação brasileira em direção à concretização de seu "projeto inclusivo", que se deparou com "equívocos conceituais e dificuldades na reorganização pedagógica". Os avanços da escola brasileira nessa direção têm sido gradual, pois ainda existe "muita resistência por parte das instituições à inclusão plena e incondicional, decorrente da inexperiência com a diversidade" (MANTOAN, 2010, p. 13).

Ao longo do tempo, a inclusão educacional tem sido marcada por práticas que favorecem a segregação. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 10% da população apresenta algum tipo de deficiência, o que equivale a aproximadamente 15 milhões de pessoas no Brasil, de acordo com o censo do IBGE de 2000. Com o intuito de aprimorar a formulação de políticas públicas, em 2004, o Ministério da Educação (MEC) começou a categorizar de forma mais precisa as diversas formas de deficiência (BIAGGIO, 2009, p.21).

> Um novo desafio se coloca diante da prática docente na atualidade, que é o trabalho em equipe, pois o professor isoladamente não pode transformar um centro educacional em um ambiente inclusivo, mesmo que sua sala de aula seja inclusiva, sendo necessário colaboração e articulação de toda a comunidade escolar, especialmente da família (DÍEZ, 2010, p. 21).

É evidente que a integração está se tornando cada vez mais comum em nosso cotidiano. Portanto, é essencial que a família e a escola cooperem para fornecer um suporte adequado ao estudante com autismo, visando promover seu desenvolvimento pleno e significativo.

Se considerarmos a inclusão como o oposto de qualquer forma de segregação ou separação de indivíduos, é fundamental questionar se o sistema educacional está verdadeiramente cumprindo esse princípio de forma eficaz. Ao aplicar esse conceito para analisar como a diversidade é abordada na sala de aula, é comum observar que a perspectiva predominante é atribuir as dificuldades educacionais à deficiência do aluno. Por outro lado, é menos comum que as instituições questionem por que estão falhando em educar determinados estudantes.

Pierucci (1999) argumenta que é irrefutável que todos sejamos diferentes uns dos outros. No entanto, a verdadeira inovação reside em lutar para que todos tenham o direito de ser diferentes, sem serem tratados de forma discriminatória. Para que isso se concretize, é essencial reformular o processo educacional e abandonar abordagens que focalizam exclusivamente nos resultados, negligenciando as necessidades educacionais específicas de cada aluno. É crucial estabelecer um ambiente educativo que possibilite a cada aprendiz atingir seu máximo potencial e ter acesso a oportunidades equitativas.

Os professores enfrentam uma série de desafios ao lidar com a inclusão, incluindo:

1. **Falta de conhecimento e capacitação adequada:** Muitos professores não possuem a formação ou o treinamento necessário para lidar com as necessidades específicas de alunos com deficiência ou outras condições que exigem ajustes no processo de aprendizagem.
2. **Escassez de recursos e apoio:** F frequentemente, os professores não têm acesso aos recursos e ao suporte necessários para lidar com a inclusão, como materiais didáticos adaptados, equipamentos e tecnologias assistivas, ou mesmo um auxiliar educacional.
3. **Restrição de tempo:** Os professores já enfrentam uma carga de trabalho considerável e, muitas vezes, não dispõem de tempo suficiente para planejar e implementar ajustes e acomodações específicas para os alunos com necessidades especiais.
4. **Falta de apoio dos pais e da comunidade:** A inclusão requer a colaboração de todos os envolvidos, incluindo pais, comunidade e outros profissionais, e muitas vezes essa colaboração não ocorre de maneira adequada.
5. **Barreiras arquitetônicas e ambientais:** As escolas frequentemente não são adaptadas para atender às necessidades dos alunos com deficiência, resultando em obstáculos físicos e ambientais que dificultam a inclusão.

Rosseto (2005, p. 42) afirma que:

> A inclusão não se resume à simples transferência de alunos ou professores, mas sim a um programa que impulsiona a reorganização da escola para maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Essa realidade nos leva a repensar a organização das instituições educacionais e as metodologias pedagógicas, visando garantir a equidade na qualidade da educação para todas as crianças, incluindo aquelas em situações desfavoráveis.

A pedagogia adaptativa visa atender às demandas educacionais de pessoas com deficiências, distúrbios ou dificuldades de aprendizado, garantindo igualdade de oportunidades e integração na sociedade. Na educação inclusiva, a pedagogia adaptativa é essencial, reconhecendo e valorizando a diversidade e as diferenças individuais para proporcionar uma educação de alta qualidade a todos os alunos.

Para promover a inclusão escolar, a pedagogia adaptativa conta com uma equipe multidisciplinar que trabalha em conjunto para atender às necessidades educacionais dos alunos, desenvolvendo planos e estratégias adaptados e acompanhando o progresso do aluno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão educacional é atualmente considerada um método moderno no qual todos têm o direito à educação convencional, incluindo indivíduos com deficiências, altas capacidades, superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. Estudos recentes indicam que a inclusão de

crianças com deficiência em escolas convencionais traz inúmeros benefícios, não só para o crescimento cognitivo, social, físico e emocional dessas crianças, mas também para a formação de indivíduos conscientes, sem preconceitos e com uma noção de cuidado consigo mesmos e com os outros.

Durante as pesquisas que embasam este estudo, foi possível destacar alguns aspectos relevantes sobre a Educação Inclusiva na Educação Infantil. Existem várias regras e orientações que asseguram a entrada de estudantes com necessidades especiais nas salas de aula convencionais. No entanto, ainda não se alcançou uma implementação completa da educação inclusiva, apesar desse suporte legal.

No sistema educacional brasileiro, a Educação Inclusiva, especialmente na Educação Infantil, enfrenta diversos obstáculos, como a falta de treinamento dos professores nessa área, o excesso de alunos nas salas de aula e a ausência de infraestrutura física adequada nas escolas.

Portanto, é fundamental criar políticas públicas que efetivem as regras existentes, fornecendo todo o apoio necessário para que pessoas com necessidades especiais tenham acesso à educação. Além disso, é crucial garantir uma educação de qualidade que permita o desenvolvimento de suas habilidades, em conformidade com o que estabelece a Constituição Federal, que preconiza uma educação para todos, sem distinção de qualquer natureza.

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. (1995). **Necessidades educacionais em sala de aula**. Guia para formação de professores. Narcea

AINSCOW, M. (1999). **Alcançando todos os alunos: alguns desafios e oportunidades**. Siglo Cero, 30(1), 181, 37-49

ARNAIZ, P. (1996). **As escolas são para todos**. Siglo Cero, 27(2), 16, 25-34.

ARNÁIZ, P. (1997). **Integração, segregação, inclusão.** In P. ARNÁIZ e R. De HARO (Eds.), 10 anos de integração na Espanha: análise da realidade e perspectivas futuras (pp. 313-35). Universidade de Múrcia.

ARNÁIZ, P. (1999). **Currículo e atenção à diversidade**. In M. Á. VERDUGO e B. JORDÁN De URRÍES (Coords.), Hacia una nueva concepción de la discapacidad. Actas de las III Jornadas Científicas de Investigación sobre Personas con Discapacidad (pp. 15-39). Amaru.

ARNÁIZ, P. & ORTIZ, M. C. (1997). **O direito à educação inclusiva**. In A. Sánchez e J. A. Torres (Coords.), Educación Especial I. Uma perspectiva curricular, organizacional e profissional (pp. 191-207). Pirâmide.

BELISÁRIO, J. **Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP. 2005.JG.

BIAGGIO, Rita de. **A Inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas**. Revista Criança do professor de educação infantil. MEC, Brasília-DF, 2007, P. 19-26. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso em 01 set.2025.

BRON, H. & SMITH, H. (1996). **Normalização. Um leitor para os anos noventa**. Routledge.

DÍEZ, Anabel Moriña. **Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva.** Tradução Grupo Solucion-SP. Inclusão, Revista da Educação Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 16-25.

FERGUSON, D (1995). **Celebrando a diversidade. Uma resposta**. Educação Corretiva e Especial, 16, 199-202

FUCHS, D. & FUCHS, L. (1994). **Escolas inclusivas. Movimento e a radicalização da Reforma da Educação Especial.** Crianças Excepcionais, 60(4), 294-309

GARCÍA, C. (1999). **Diversidade e inclusão. Em A. Sánchez Palomino et al., Os desafios da educação especial no limiar do século XXI.** Actas de las XVI Jornadas Nacionales de Universidades y Educación Especial (pp. 11-31). Universidade de Almería.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais.** São Paulo: Scipione, 1988.

MEC-UNESCO. (1995). **Relatório Final. Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais.** Acesso e qualidade.

O'BRIEN, J., FOREST, M., SNOW, J. e PEARPOINT, J. (1989). **Ação para inclusão. Como melhorar as escolas acolhendo crianças com necessidades especiais em salas de aula regulares.** A Imprensa do Frontier College.

O'HANLON, Ch. (1995). **Educação Inclusiva na Europa**. David Fulton.

ORTIZ, M. C. (1996). **Das necessidades educacionais especiais à inclusão**. Siglo Cero, 27(2), 164, 5-13.

ORTIZ, M. C. (1997). **Rumo a uma escola para todos.** Em P. ARNÁIZ e R. De HARO (Eds.), 10 anos de integração na Espanha: análise da realidade e perspectivas futuras. Universidade de Múrcia.

ROSSETO, M. C. **Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares.** Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. (Eds.). (1992). **Considerações curriculares em salas de aula inclusivas. Facilitando a aprendizagem para todos os alunos**. Brookes

UNESCO. (1994). **Declaração de Salamanca**. Conferência Mundial sobre Educação Especial: Acesso e Qualidade. Autor.